

EDUCAÇÃO NA E PARA A DIVERSIDADE: perspectivas de uma Educação Inclusiva

Thiffanne Pereira dos Santos
Marlene Barbosa de Freitas Reis

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão teórica sobre o conceito de diversidade ressaltando a gama de especificidades – questões de gênero e sexualidade, cultura, fatores socioeconômicos e deficiências – que se abordada no contexto escolar pode contribuir para o desenvolvimento de uma educação realmente inclusiva. Para tanto, apresenta a relevância do respeito às diferenças e da prática da alteridade para a efetivação de uma educação que valorize a multidimensionalidade do sujeito. Ressalta que privilegiar a prática da alteridade evita a reprodução de um modelo de educação em que predomina a intolerância e a discriminação, já que aqueles que praticam a alteridade e vivenciam seus princípios aprendem a respeitar as diferenças, o ritmo e as necessidades de aprendizagem de cada pessoa. Dessa forma, o estudo aponta que falar de diversidade na educação significa assumir uma postura de abertura ao outro que nos cerca e de reconhecimento das potencialidades que cada um possui. Assim, é preciso que nos ambientes educativos se promovam ações que possibilitem a cada aluno aprimorar suas habilidades. É fundamental que nesses espaços se conceba a diversidade como um elemento enriquecedor da aprendizagem e do desenvolvimento pessoal. Nesse sentido, o texto enfatiza que é emergente o desenvolvimento de uma educação que valorize a subjetividade de cada sujeito a fim de possibilitar a participação de todos no processo educativo.

Palavras-chave: Diversidade. Educação Inclusiva. Inclusão Escolar.

Introdução

A cada dia cresce a necessidade de se promover uma Educação Inclusiva pautada no respeito às diferenças, de tal maneira que a diversidade seja vista como uma premissa para o diálogo e a reflexão e não para a exclusão. “A diversidade é tão *natural* quanto a própria vida. Essa diversidade é formada pelo conjunto de singularidades, mas também pelas semelhanças que unem o tecido das relações sociais” (FIQUEIREDO, 2013, p. 143, grifo do autor). De tal modo, a convivência responsável com todos que nos cercam demonstrando abertura ao diálogo e ao outro constitui um aspecto essencial quando se almeja uma educação realmente inclusiva que valorize as peculiaridades de cada sujeito. Essa perspectiva de educação pressupõe por parte de todos os atores escolares uma mudança de atitude frente a diversidade presente na escola.

A construção de uma educação na e para a diversidade implica o exercício da alteridade por todos os envolvidos no processo educativo. A alteridade “é uma abertura que desafia o sujeito a responder em cada nova situação às solicitações concretas do outro” (COSTA; DIEZ, 2012, p. 5). Nessa concepção, as diferenças que permeiam o espaço escolar são respeitadas e valorizadas. A prática da alteridade resulta na abertura para novas ideias, bem como para a convivência com o outro que nos interpela com suas singularidades.

Sendo assim, espera-se de todos os envolvidos no processo educativo uma atitude de tolerância a incompletude humana e de acolhimento ao outro, haja vista que não somos completos e na nossa incompletude precisamos do outro. No espaço escolar cada sujeito em sua incompletude precisa ter flexibilidade e sair da zona de conforto, pois sempre há o que aprender com o outro e com as diferenças. Nesse sentido, o que se almeja de um ambiente educativo é o desenvolvimento de uma educação que promova o aprimoramento cognitivo, mas que também se preocupe com a formação humana, emocional e cidadã de todos os alunos.

Frente a essa perspectiva de educação, o presente artigo apresenta uma visão ampliada do conceito de diversidade ressaltando singularidades como: as questões de gênero e sexualidade, a diversidade cultura, os fatores socioeconômicos e as deficiências. Todas essas questões compõem a diversidade presente no ambiente escolar sendo fundamental que sejam problematizadas no campo educacional para que se efetive uma educação de acordo com os preceitos inclusivos. Por fim, para esclarecer a relevância da valorização da diversidade no processo educativo esse estudo ressalta as concepções relacionadas a Educação Inclusiva.

1 A diversidade nos ambientes educacionais: apontamentos sobre uma Educação Inclusiva

Ao apoiar o respeito a diversidade a Educação Inclusiva propõe a percepção do outro e o reconhecimento de que todos têm seu espaço. A ruptura com os velhos paradigmas, as bases epistemológicas excludentes, o conservadorismo do ensino e os preconceitos incrustados é primordial para a prática desse modelo de educação. A Educação Inclusiva almeja a formação de cidadãos capazes de assumir sua condição humana e buscar seu espaço sem a prática do totalitarismo, já que “na visão de totalidade o outro pode ser reflexo da ideia de um modelo ideal e de obliteração da possibilidade de outra subjetividade” (COSTA; DIEZ, 2012, p. 2).

Para o desenvolvimento de uma educação na e para a diversidade é primordial que se abandone a visão de sujeito cartesiano unificado e racional que perpetua um caráter eminentemente excludente a escola. Se o que almejamos é uma educação que possibilite a inclusão de todos promovendo a formação integral do sujeito não há espaço para um projeto escolar homogeneizador, meritocrático, elitista e segregador nas instituições de ensino. No desenvolvimento de uma educação que reconhece as tessituras da diversidade prevalece o reconhecimento das diferenças, bem como o rompimento com pilares segregacionistas.

Para tanto, medidas paliativas de inserção dos “ditos diferentes” não são suficientes para que se elimine as barreiras muitas vezes impostas a eles no processo educativo. Para além desse quesito, uma Educação Inclusiva se desenvolve com vistas a valorização da dignidade humana, a promoção de relações mais éticas e a convivência com o outro, já que “isto requer o respeito às diferenças, à diversidade, à multiculturalidade e pressupõe a existência de amorosidade, compaixão e solidariedade nas relações entre todos os seres” (MORAES, 2003, p. 50). Assim, a prática de uma educação na e para a diversidade coloca como desafio a complexidade de lidar com o princípio da incerteza que as singularidades proporcionam. Sua finalidade reside na disponibilidade de propostas significativas para o desenvolvimento e a participação de todos no processo educativo.

Ao pensarmos em Educação Inclusiva precisamos ter em mente a urgência de se respeitar as diferenças, já que elas são “a própria natureza do homem” (LIMA, 2006, p.58) e “fazem parte da pessoa humana; é o que lhe presta o *status* de igual, isto é, todos somos diferentes e, por sermos todos diferentes, essa diferença é a própria igualdade entre os homens” (p. 60). Quando ponderamos sobre as diferenças nos referimos as mais diversas singularidades que por vezes acabam servindo como forma de segregação dos grupos minoritários. Especificidades ligadas a questão de gênero, a sexualidade, a cultura, a fatores socioeconômicos, as crenças e as deficiências constituem o rol de diversidades que precisam ser respeitadas e valorizadas quando se pensa em uma escola inclusiva.

Sendo assim, todas as especificidades individuais e/ou coletivas devem ser englobadas no processo educativo a fim de resgatar a proeminência da diversidade e de evitar manifestações de discriminação e exclusão. O respeito a diversidade é essencial para a construção de uma sociedade mais justa na qual as oportunidades oferecidas sejam acessíveis a todos. Nesse sentido, a compreensão da pluralidade presente nas escolas contribui para o sucesso do processo de inclusão escolar a medida que enseja uma nova feição da escola.

Conforme afirma Reis (2003, p. 81), a diversidade é muito mais ampla do que simplesmente inserir no ensino regular aquele que é “diferente” [...] implica dar outra lógica para a escola, de forma que não seja possível pensar na possibilidade de criança nenhuma estar fora dela”.

Assim, uma educação desenvolvida na e para a diversidade pressupõe a ressignificação da escola como espaço de compartilhamento do mundo plural e de humanização social de tal maneira que se transforme em um ambiente estimulador das potencialidades de todos os alunos. Com isso, a diversidade, em suas diversas nuances, será vista como um aspecto positivo no processo educativo despertando em todos – alunos com dificuldades de natureza biológica, relacional, motivacional, social e/ou cultural – o espírito de pertença. Frente a essa concepção ampla de diversidade, vale enfatizar questões ligadas a gama de peculiaridades que constituem a diversidade presente nos espaços escolares e que influenciam diretamente no processo educativo.

A variedade cultural é um dos aspectos que compõe a diversidade que se apresenta no ambiente escolar e em todos os segmentos sociais. O multiculturalismo é uma realidade social e representa a existência de diferentes grupos culturais em uma mesma sociedade (CANDAUI, 2000). Vivemos em um mundo multicultural e tal fato precisa ser visto como um elemento propulsor do processo educativo e não como algo que inviabilize as relações interpessoais e o desenvolvimento de uma educação de qualidade para todos.

O reconhecimento das particularidades culturais de cada sujeito constitui um elemento primordial para a efetivação de uma educação para todos. Para alcançar uma educação nesses parâmetros é necessária a coexistência entre os diversos aspectos culturais dentro das escolas. Essa convivência harmônica entre as variadas culturas respeitando as características de cada uma, sem incitar a assimilação de uma em detrimento da outra denomina-se interculturalidade.

A interculturalidade numa visão geral “supõe a deliberada interrelação entre diferentes culturas” e “no nível individual supõe promover o diálogo no interior de cada pessoa entre as diversas influências culturais que a configuram e a que está exposta” (CANDAUI, 2002, p. 135). Diante da diversidade cultural presente nas escolas precisamos de uma educação intercultural que seja capaz de superar preconceitos, atitudes de indiferença e ao mesmo tempo conduzir a relação entre as culturas. A educação intercultural

reconhece o valor intrínseco de cada cultura e defende o respeito mútuo entre diferentes grupos identitários. Além disso, a educação intercultural se propõe construir uma relação recíproca entre eles [...] A perspectiva intercultural de educação, enfim, implica mudanças profundas na prática educativa, de modo particular na escola, pela necessidade de oferecer oportunidades educativas a todos, respeitando e integrando a diversidade de sujeitos e de seus pontos-de-vista. (FLEURI, 1999, p. 281)

Ademais, uma educação intercultural possui um enfoque global que envolve a cultura escolar e a cultura da escola como um todo, assim como todos os sujeitos e todos os campos do processo educativo, da escola e dos sistemas de ensino (CANDAU, 2002). Portanto, pensando no respeito as diferenças culturais, o desenvolvimento do trabalho educativo não pode se resumir a realização de ações isoladas, em momentos pré-determinados, sobre aspectos culturais específicos. Ao contrário, é fundamental que se construa uma cultura escolar composta pela variedade cultural dos atores envolvidos no processo educativo de forma que a cultura de origem de cada sujeito não seja ignorada.

Assim como a questão cultural os fatores socioeconômicos também são alvo de atenção quando se almeja uma educação voltada para o respeito a diversidade. Se não houver um olhar atento para essa questão assume-se o risco de a escola se tornar reprodutora das desigualdades impostas na sociedade reiterando uma prática pedagógica segregadora. Ao serem inseridos no contexto educacional, os sujeitos se deparam com uma instituição de ensino a serviço do neoliberalismo. Tal fato resulta num modelo excludente de educação, desencadeando uma sociedade individualista incapaz de praticar a alteridade. Vários fatores corroboram para o desenvolvimento de um processo educativo reprodutor das desigualdades dentro da escola e configuram obstáculos para a instituição dos preceitos inclusivos.

O principal deles diz respeito à forma como as instituições de ensino tratam a questão das diferenças de aporte cultural – como já explicitado – e de condições sociais dos alunos. As instituições desconsideram as realidades individuais e atribuem o êxito escolar unicamente ao empenho e a capacidade de cada indivíduo desconsiderando que “o mérito dever ser proporcional ao que é o ponto de partida de cada um” (MANTOAN, 2013, p. 33). Agindo assim, a escola reproduz aspectos de dominação e desigualdade enaltecendo determinados grupos e depreciando outros o que contribui para a instituição de práticas segregacionistas.

A noção de meritocracia configura um dos elementos que colabora para tornar a escola um mecanismo legitimador das desigualdades e da exclusão, já que “a meritocracia contradiz,

tanto quanto qualquer outra oligarquia, o princípio da igualdade que rege uma democracia igualitária” (ARENDR, 1997, p. 229). A tese de que somente os que se esforçam e os que possuem potencial conseguem alcançar o êxito – sem considerar as variáveis que interferem no sucesso escolar de cada indivíduo – fortalece o discurso de fracasso por falta de competência, reforçando a exclusão dos grupos desfavorecidos.

Dessa forma, se o que se almeja é uma educação realmente inclusiva é primordial que se compreenda que a diferença no desempenho escolar dos alunos – muitas vezes motivo de discriminação – não é inerente a um dom natural do sujeito, mas está relacionada às experiências sociais que lhes foram proporcionadas em seu contexto social. Assim, conforme afirma Bourdieu (1998), a escola não pode legitimar as desigualdades tratando o dom social como dom natural, pois tal fato possibilita aos grupos dominantes usar a “ideologia do dom” para “encerrar os membros das classes desfavorecidas no destino que a sociedade lhe assinala, persuadindo-os de que eles devem o seu destino social [...] à sua natureza individual e à sua falta de dons” (BOURDIEU, 1998, p. 59, grifos do autor).

A escola que adota esses parâmetros se esquivava dos princípios de uma educação na e para a diversidade e promove uma educação baseada numa visão desumanizada do ser na qual se privilegia apenas o individualismo e a competitividade. Com isso, acaba por reiterar os aspectos de dominação e exclusão que são impostos aos indivíduos de acordo com os critérios do neoliberalismo. Pensar em uma educação realmente inclusiva é almejar uma escola que também considere, durante o processo educativo, as diferenças e as disparidades sociais dos indivíduos os ajudando a compreender seu próprio contexto social. Conforme afirma Mészáros (2005, p. 25), “os processos educacionais e os processos sociais estão intimamente ligados”. Portanto, se quisermos uma educação na perspectiva inclusiva é fundamental oportunizar uma formação que desperte nos indivíduos a consciência crítica capaz de colaborar para a construção de uma sociedade livre de dicotomias, privilégios e injustiças.

Seguindo na visão ampla de diversidade temos as questões de gênero e sexualidade que também compõem a base de uma educação pautada no respeito as diferenças. Por gênero adotamos uma percepção para além da diferenciação biológica entre homem e mulher, situamos o conceito de gênero como “uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual” (GROSSI, 1999, p. 53-54). Em relação a definição de sexualidade compreendemos que é um aspecto que “transcende os limites do ato

sexual e inclui sentimentos, fantasias, desejos, sensações e interpretações” (BRASIL, 2008, p. 29) próprias de cada indivíduo e que independem das determinações sociais.

Nesse sentido, o respeito ao gênero e a identidade sexual de cada sujeito deve fazer parte do contexto escolar. Na escola devem ser problematizados os estigmas relacionados aos “papéis” de homem e mulher, bem como a diversidade sexual, já que a escola por ser uma instituição social “está, obviamente, envolvida com as formas culturais e sociais de vivermos e constituirmos nossas identidades de gênero e nossas identidades sexuais” (LOURO, 1998, p.86).

A escola não pode se eximir da responsabilidade de abordar essa temática, pois os alunos trazem para o ambiente educativo as concepções vivenciadas no âmbito social. Muitas vezes, os conceitos atrelados a essas concepções são arraigados de preconceito e colaboram para perpetuar padrões distorcidos de normalidade e superioridade. Segundo Aquino e Martelli (2012, p. 8), “esses conceitos tendem a cristalizar padrões de comportamentos, de relações entre os gêneros e de vivências de sexualidade. Há tentativas de imposição desses como verdades absolutas e como modelos perfeitos”. Sendo assim, debates acerca de comportamentos, relações, crenças e identidades ligadas a questão de gênero e a diversidade sexual devem compor a realidade da escola para contrapor ideários discriminatórios. A problematização dos discursos pertinentes a questão de gênero e a diversidade sexual são fundamentais para o desenvolvimento de uma educação que busca uma formação humana com foco no respeito a diversidade. Repensar os discursos propagados na sociedade como verdades absolutas é essencial para alcançar mudanças de concepções e práticas sociais.

Desse modo, fica evidente a relevância de uma educação que consiga romper com discursos conservadores no que diz respeito ao gênero e a sexualidade, haja vista que os discursos têm influência direta na formação da identidade e nas atitudes de cada sujeito no contexto escolar e social. Por fim, o rompimento com discursos preconceituosos sobre a temática é essencial para que haja, por parte de todos, o reconhecimento do direito que cada ser humano tem de vivenciar seu corpo e sua sexualidade sem imposições de valores e crenças e sem sofrer sanções sociais.

Ainda dentro da perspectiva da educação na e para a diversidade, não podemos deixar de pontuar sobre uma das especificidades que impõe maior desafio aos atores envolvidos no campo educacional: as deficiências. A presença de alunos com deficiência ainda causa receio na maioria dos envolvidos no processo educativo, pois é, na educação desses alunos que a

demanda das relações entre a educação e a diversidade se mostra de maneira mais nítida e mais intensa. É com eles que a instituição de ensino se vê confrontada com o maior desafio: deixar de ser uma instituição de alguns e para alguns, e passar a ser uma instituição de todos e para todos (PIRES, 2006).

Sob esses termos, almejando uma escola para todos, percebemos a importância de garantir as pessoas com deficiência o direito a Educação Especial que tem por objetivo assegurar o atendimento a essas pessoas nas instituições de ensino regular. A Educação Especial, de acordo com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96, é a modalidade de educação oferecida aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino. Esses educandos são considerados os alunos público-alvo da Educação Especial conforme especificado na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

O desenvolvimento de um trabalho pedagógico que enseja a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial pressupõe a efetivação de novos parâmetros de ação educativa, assim como o reconhecimento das diferenças como um princípio dos direitos humanos. Exige a reorganização dos espaços educativos, a adaptação do currículo, a oferta de recursos e metodologias diversificadas e a adequada formação dos professores os quais precisam romper com os velhos paradigmas de educação que acabam por privilegiar formas de exclusão. Para tanto, todos os implicados na experiência educativa precisam contribuir para reduzir e/ou eliminar as barreiras físicas e comportamentais que dificultam o processo de inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial.

A par dessas ponderações, evidencia-se que a educação na e para a diversidade engloba todas as especificidades que permeiam o sistema educativo. Não faz distinção entre os que dela fazem parte, portando todos os sujeitos – mesmo os “considerados pertencentes” a grupos minoritários devido a critérios estereotipados – são vistos nesse modelo de educação como portadores dos mesmos direitos e capacidade de aprender. A educação que verdadeiramente adota preceitos inclusivos acredita no potencial de aprendizagem de todos os alunos, sem encontrar nos estigmas razões para justificar um pressuposto fracasso escolar ou para se eximir da oferta de oportunidades de aprendizagem a todos.

Considerações finais

A educação que propõe trabalhar na e para a diversidade parte do princípio de que as diferenças engrandecem a processo educativo, já que o sujeito aprende no contato com o outro, com o novo, com o que o desafia. A escola se torna um espaço onde prevalece a heterogeneidade em detrimento da homogeneidade e da padronização. Nessa proposta, as necessidades originárias das diferenças serão sanadas por meio de práticas que busquem oportunizar a aprendizagem de todos sem distinção.

Vale ressaltar que disponibilizar oportunidades de aprendizagem a todos não significa estabelecer padrões de atividades e recursos fundindo as diferenças em uma identidade. Ao contrário, consiste em propiciar aos alunos os meios necessários para que sejam capazes de superar suas dificuldades e ultrapassar expectativas construindo conhecimento e participando do ambiente escolar. Desse modo, acredita-se na potencialidade de cada aluno sendo respeitados diferentes ritmos de desenvolvimento, crenças, valores, cultura e demais especificidades. O foco consiste em desenvolver práticas pedagógicas que consigam dar a resposta adequada as necessidades de cada aluno.

Sendo assim, desenvolver um modelo de educação que pressupõe a cooperação, o respeito, a superação de barreiras e desafios exige uma transformação contínua de atitudes e práticas por parte dos indivíduos, assim como nos sistemas de ensino. Para Lima (2006) não existe inclusão se não houver mudança e não há inclusão plena se a mudança não for constante, consciente e efetiva. A reflexão sobre o ato educativo desenvolvido no ambiente escolar é crucial para o êxito das práticas pedagógicas desenvolvidas na e para a diversidade.

Uma escola que abarca a diversidade e a pluralidade de especificidades dos sujeitos encontra nelas um artefato enriquecedor do processo de ensino e não um obstáculo e, por isso, é inclusiva. Ao incluir a diversidade a escola assume uma postura de abertura para a construção de um espaço de todos e para todos. Evidentemente a plena efetivação de uma educação nesses parâmetros ainda é um grande desafio que perpassa questões como a mudança de concepções, a formação docente, a construção de uma consciência coletiva e as adequações estruturais e institucionais.

Ainda estamos estagnados em um modelo educativo estático e controlador que fornece a sensação de segurança e mudar para um paradigma que inviabiliza a previsibilidade causa estranheza. “Temos dificuldade de incluir todos nas escolas porque a multiplicidade

incontrolável e infinita de suas diferenças inviabiliza o cálculo, a definição desses sujeitos” (MANTOAN, 2013, p. 32). No entanto, para alcançar o sucesso na caminhada rumo a uma educação de qualidade para todos respeitando a diversidade que compõe as escolas é inevitável repensar toda a estrutura educacional, assim como a forma de atuação de cada sujeito participante do processo de ensino na busca por mecanismos que incitem uma prática realmente inclusiva. É notório que ainda há muitas barreiras a transcender na construção de uma educação na e para a diversidade, mas nenhum obstáculo é insuperável quando há vontade de aprender de novo.

Referências

ARENDDT, Hannah. A crise da Educação. In: ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Escritos de educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BRASIL. **Brasil Sem Homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual. Brasília, 2008. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2016.

CANDAU, Vera Maria. **Reinventar a Escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

[CANDAU, Vera Maria](#). **Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação**. Educação & Sociedade, vol.23, n.79, ago. 2002.

COSTA, Wanderleia Dalla.; DIEZ, Carmen Lucia Fornari. **A relação do eu-outro na educação: abertura a alteridade**. IX ANPED SUL, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

FIGUEIREDO, Rita Vieira. A formação de professores para a inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: Vozes, 2013.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Educação intercultural no Brasil: a perspectiva epistemológica da complexidade**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos n. 195, 1999.

[GROSSI, Miriam Pillar](#). **Identidade de Gênero e Sexualidade**. Estudos de Gênero - Cadernos de Área 9, Goiânia, v. 9, 2000.

LIMA, Francisco José de. Ética e inclusão o status da diferença. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos, et al. (orgs). **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. Sexualidade: lições da escola. In: MEYER, Dagmar. Elisabeth Estermann (orgs) **Saúde e Sexualidade na Escola**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: caminhos, descaminhos, desafios, perspectivas. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. São Paulo, Boitempo, 2005.

MORAES, Maria Cândida. **Educar na biologia do amor e da solidariedade**. Petrópolis: Vozes, 2003.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Política pública, diversidade e formação docente: uma interface possível**. 2013. 278f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Instituto de Economia, 2013.

AQUINO, Camila; Martelli, Andrea Cristina. **Escola e educação sexual: uma relação necessária**. IX ANPED SUL – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

PIRES, José. Por uma ética da inclusão. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos, et al. (orgs). **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.